TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano VI – nº 52 – Maio de 2006

Poder Legislativo extingue jetom e reduz recesso

Páginas 4 e 5



FOTO: FERNANDO SILVA

Assembléia implanta novo modelo de gestão

Página 3

Vereadores participam de seminário

Página 7

Raízes do Choro no Segunda Cultural

Página 8

EDITORIAL

Desenvolver ações inovadoras, qualificar custos, aprimorar serviços, alcançar melhoria gerencial e atender com eficácia o cidadão não são apenas objetivos perseguidos pelas empresas privadas. Atualmente, cresce o número de instituições públicas preocupadas com a chamada excelência na gestão. A Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) está, sem dúvida, entre elas.

A Casa está alterando a condução do processo do Modelo de Excelência em Gestão Pública, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), que começa a ser implantado. A intenção é valorizar o serviço público e fazer com que os funcionários sejam cada vez mais parceiros dessa mudança.

Com a iniciativa, a Casa Joaquim Nabuco dá mais um passo no sentido de manter e estimular a participação dos servidores nesse processo de melhoria contínua. O assunto é um dos principais temas abordados nesta edição do *Tribuna Parlamentar*. O informativo mensal também destaca a aprovação em Plenário da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue o pagamento de salários em convocações extraordinárias e reduz o período de recesso parlamentar.

A PEC, de autoria da Mesa Diretora da Assembléia, recebeu o apoio do conjunto de deputados. Os parlamentares da Casa Joaquim Nabuco mostram, mais uma vez, que estão em sintonia com as decisões nacionais e com os anseios da população pernambucana.

ARTIGO

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Roberto Liberato*

Debates sobre educação são sempre muito complexos. A própria natureza da atividade educacional implica compromissos teóricos e metodológicos distintos. Por outro lado, uma política educacional para um país inteiro envolve uma ampla rede de instituições e de processos político-administrativos, que vão desde o ministro da Educação até os professores e diretores da escola, responsáveis pelo elo final da prestação do serviço educacional pelo Estado. Entretanto, mesmo diante de tal complexidade e das múltiplas visões e propostas de ensino e de gestão que permeiam essa rede, dela parece emergir pelo menos dois consensos. O primeiro, de que é preciso melhorar a qualidade do ensino público brasileiro; o segundo, derivado do primeiro, de que é necessário investir mais e melhor.

Com relação ao problema do financiamento, estamos diante de uma excelente oportunidade. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 415/2005, apresentada em dezembro de 2004 pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. A PEC em pauta cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Trabalhadores na Educação, o Fundeb, em substituição ao atual Fundef. A julgar pelo texto original, o novo Fundo contribuirá para assegurar o acesso à educação básica e para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade do ensino. A proposta é, na verdade, uma significativa redefinição do financiamento da educação, pois destinará recursos para os municípios conforme o número de alunos de toda a rede pública de ensino. Assim, o Fundo passará a financiar também a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e

FERNANDO SILVA



Adultos. Isso será possível porque a proposta estende o salário-educação também para toda a educação básica, e não só para o Ensino Fundamental, como é hoje.

Mas a principal mudança do Fundeb em relação ao Fundef é, em linhas bastante gerais, a fonte de recursos. O Fundeb prevê a participação de 20% dos impostos, e isso significará um aumento substancial dos recursos que estarão disponíveis para a educação a partir de sua aprovação. Um outro ponto positivo é que a PEC não penaliza os municípios, pois tributos municipais como ISS, IPTU e ITBI não estão inclusos entre os impostos que comporão o novo Fundo. Portanto, trata-se de uma proposta que, além de fortalecer a educação, certamente ajudará a redefinir o Pacto Federativo em direção à descentralização e ao fortalecimento da autonomia financeira dos municípios.

Obviamente, nenhuma proposta é perfeita. Entretanto, a julgar pela sua importância, penso que é urgente aprová-la o quanto antes. Assumo essa posição porque o aporte de recursos que deixará de ser investido na educação em 2006, caso a PEC passe por um longo e desgastante processo de tramitação, será substancial. E parece claro para todos nós que não podemos mais abrir mão de qualquer que seja o investimento que possa vir a ser alocado para a educação. Espera-se que, com esse aporte de recursos, melhore a qualidade do ensino e que, a longo prazo, isto se reflita no crescimento econômico do País.

Creio ser possível acreditar nisso porque os países asiáticos, que crescem hoje a taxas anuais muito maiores que as nossas, trilharam exatamente esse caminho. Investiram pesado em educação e, hoje, colhem os frutos dessa sábia escolha.

** É deputado do PFL e presidente da Comissão de Educação da Alepe.*

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:** Ana Lúcia Lins. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiários:** Bruno Souto Maior, Flávia da Rosa Borges e Vívian Maia. **Revisão:** Ana Lúcia Lins e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

COMENDADOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Na comemoração dos 358 anos de criação do Exército brasileiro, em abril, o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), recebeu a mais alta comenda dessa instituição, a Ordem do Mérito Militar, e o título de comendador. A solenidade foi realizada no Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em Jaboatão. Romário, que representou o Poder Legislativo Estadual, destacou a responsabilidade de ser presidente da Casa Joaquim Nabuco, agora redobrada diante do título recebido. "Eu já me sentia comprometido a lutar pela paz no Brasil, sempre acreditando na disputa no campo das idéias, mas agora me sinto ainda mais responsável. Estou muito feliz e honrado por ser condecorado comendador do Exército brasileiro", declarou.

FERNANDO SILVA



ADMINISTRAÇÃO

Novo modelo de gestão valoriza serviço público

Para alcançar com eficácia a meta de expandir o Sistema de Gestão da Qualidade a todos os setores da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), a Superintendência Geral da Casa deu início às mudanças no processo de condução do Modelo de Excelência da Gestão Pública, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). Esse modelo foi criado pelo Ministério do Planejamento, em 1997, e será implantado no Legislativo do Estado.

A superintendente-geral, Eva de Andrade Lima, explicou como serão as mudanças. "Dentro da nova realidade, não será mais necessário exigir uma preparação e adequação dos setores para atingir determinadas metas. Com a proposta, o processo terá uma condução e adesão natural dos servidores. Assim, estaremos sempre preparados para concorrer a qualquer prêmio, pois o nosso sistema estará sendo capacitado constantemente. Em cinco meses, todo o modelo deve estar implantado", explicou.

Eva também esclareceu que, a partir da nova abordagem, a Casa estará facilitando o engajamento de todos os funcionários, sem obrigá-los a simplesmente a cumprir metas. "Os servidores serão parceiros para a ampliação e qualidade do sistema em excelência no serviço público", observou.

Esse processo teve início com o treinamento de superintendentes, assistentes, chefes de departamentos e gerentes da Alepe, em abril e no início deste mês. "Grande parte da Assembléia já conhece o trabalho de gestão da qualidade e, agora, partimos de um novo princípio, que é a valorização do serviço público. Vamos quebrar paradigmas e mostrar que podemos continuar trabalhando com excelência e agilidade no atendimento", avaliou a superintendente-geral.

Com a capacitação, a Assessoria de Gestão e Excelência no Serviço Público (Agesp) começa a ser implantada na Casa. De acordo com Eva, os gestores também indicarão agentes multiplicadores, que serão responsáveis pela expansão do sistema. Para ela, com as alterações no processo de condução do novo modelo de qualidade, setores que antes estavam de fora serão incluídos, como Comunicação e Informática. "Essas áreas são essenciais para o perfeito funcionamento da excelência dos serviços", destacou.

RINALDO MARQUES



Eva de Andrade Lima explica que o Modelo de Excelência em Gestão Pública deverá ser implantado em cinco meses. Abaixo, servidores participam de treinamento

BRENO LAPROVITERA



EMENDA CONSTITUCIONAL

ALEPE APROVA FIM DO JETO

A partir deste mês, está extinto o pagamento de salários em convocações extraordinárias a integrantes do Poder Legislativo Estadual. A Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) acompanhou decisão do Congresso Nacional, adotada em Casas Legislativas como do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ver arte), e aprovou em Plenário, por unanimidade, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) acabando com o jetom e reduzindo de 90 para 60 dias o recesso parlamentar. Com isso, o período legislativo vai de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de dezembro.

A Emenda Constitucional nº 28/06, prevendo essas modificações, foi promulgada pelo presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL). A decisão de apresentar a matéria foi tomada pela Mesa Diretora, no mês de janeiro deste ano, ainda durante o recesso parlamentar. A tramitação teve início em fevereiro, com o apoio dos parlamentares da Casa Joaquim Nabuco.

De acordo com Romário, a partir dessas mudanças na Constituição, o Poder Legislativo só será convocado extraordinariamente se a solicitação - por parte do Executivo, da Presidência da Casa ou dos parlamentares - for aprovada pela maioria absoluta dos integrantes da Alepe, o que representa 25 deputados. O presidente salientou a necessidade de os demais Poderes, além do Tribunal de Contas e do Ministério Público do Estado, encaminharem projetos em tempo hábil para análise durante o período



Matéria, de autoria da Mesa Diretora, foi aprovada por unanimidade pelo Plenário da Casa Joaquim Nabuco

SITUAÇÃO NAS OUTRAS CASAS LEGISLATIVAS

Quem já aprovou a redução do recesso e o fim do jetom ou apenas uma das medidas:

Acre
Alagoas
Amapá
Amazonas
Ceará
Distrito Federal (Câmara Legislativa) *
Espírito Santo **
Minas Gerais
Piauí
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul
Santa Catarina

* A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou o fim do jetom. A redução do recesso está em tramitação.

* * Idem.

Em tramitação:

Bahia
Goiás *
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul **
Pará
Paraíba
Paraná***
Rio Grande do Norte
Rondônia
Roraima
São Paulo
Tocantins

* Em Goiás, está em tramitação apenas a redução do recesso. Não foi apresentada nenhuma proposta quanto ao fim do jetom.

** No Mato Grosso do Sul tramita a proposta de redução do recesso. No entanto, segundo a assessoria de imprensa, embora o jetom não tenha sido extinto, há mais de dez anos não acontece convocação extraordinária.

*** No Paraná, está em tramitação apenas a matéria que prevê a redução do recesso.

Outros Casos:

Sergipe*

*Não se paga jetom e não há proposta para redução do recesso.

Fonte: Setores de imprensa e legislativos das Assembléias desses Estados.

OM E REDUÇÃO DO RECESSO

ordinário, evitando as convocações extraordinárias.

O presidente, que só vota em caso de empate, fez questão de registrar, durante a apreciação do Plenário, o "apoio irrestrito" à matéria e ressaltou que a Assembléia tomou a iniciativa de modificar a Constituição Estadual tão logo o Congresso aprovou a alteração no âmbito federal.

"Tanto o recesso quanto o pagamento de jetom eram medidas previstas pela Constituição. Quando o Congresso resolveu alterar, fizemos o mesmo e contamos com o apoio dos sete integrantes da Mesa Diretora e dos demais deputados. A Assembléia tomou a decisão acertada", afirmou.

Anteriormente, os deputados Roberto Leandro e Teresa Leitão, ambos do PT, haviam apresentado proposta de emenda semelhante.

FERNANDO SILVA



Opinião

Romário Dias (PFL) - Presidente da Alepe

"A proposta foi apoiada pelos deputados e atende a um clamor da sociedade, manifestado com o objetivo de racionalizar e ampliar a atuação do Poder Legislativo. Assim que a Câmara Federal aprovou a medida, a Assembléia prontamente tomou as providências. Consideramos que a decisão foi acertada."



FOTOS: FERNANDO SILVA



João Negromonte (PMDB) - Primeiro-secretário

"Acredito que essa matéria é positiva, pois estamos atendendo a uma demanda da sociedade. A população considerou que o jetom não deveria ser pago e que o recesso deveria ser diminuído. Estamos aqui, na realidade, para atender a esses anseios e não para agir em benefício próprio."

Pedro Eurico (PSDB) - Líder da Bancada do Governo

"A Proposta de Emenda à Constituição que extingue o jetom representa um avanço no plano institucional, um aprofundamento da questão da transparência, da publicidade, da moralidade no trato com a coisa pública. O Poder Legislativo se dobra e aceita efetivamente a ponderação correta que a sociedade faz e, assim, ele se adapta aos clamores do povo."





Isaltino Nascimento (PT) - líder da Bancada da Oposição

"Para a sociedade, é uma decisão importante, pois a discussão sobre o pagamento de jetom e a redução do recesso é uma reivindicação antiga dos movimentos sociais. A iniciativa vai, de certo modo, obrigar também que os demais Poderes tenham a preocupação de não enviar os projetos na última hora. A Assembléia era palco de atenção e de críticas, quando, na verdade, as convocações eram feitas em razão da exigência do Executivo de votar matérias urgentes que não haviam sido enviadas no período normal."

SÉRIE COMISSÕES PERMANENTES

QUESTÕES AMBIENTAIS EM DEBATE

Defender e conservar o meio ambiente no território do Estado, evitar a poluição ambiental, além de preservar a fauna e a flora e proteger os cursos d' água são funções da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alepe, previstas no Regimento Interno. O colegiado vem desenvolvendo inúmeras atividades, como, por exemplo, audiências públicas. Este mês, deverão ser realizadas reuniões nas cidades de Goiana, na Mata Norte, e em Água Preta, na Mata Sul. Na primeira, será analisado o processo de degradação ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Goiana. Em Água Preta, haverá uma vistoria no lixão municipal que, atualmente, lança resíduos sólidos no Rio Una.

O presidente da Comissão, deputado Ricardo Teobaldo (PMDB), considera muito importante a atuação do colegiado nos locais que sejam alvo de destruição ambiental. "Assim, podemos conferir a situação de perto e propor medidas mais eficazes", salientou.

A vice-presidente, deputada Ceça Ribeiro (PSB), destacou o trabalho que vem sendo feito junto às pescadoras no Estado. "No último mês, foi realizada uma audiência pública na Alepe, na qual foram discutidas com representantes dos Governos Estadual e Federal as condições de vida dessas mulheres e a cobrança de seus direitos." Ceça também ressaltou a questão dos manguezais na região de Suape, no Litoral Sul. Segundo ela, o grupo, conjuntamente com a Comissão de Defesa da Cidadania, vem avaliando o impacto ambiental e social na área, com a construção do Estaleiro da Camargo Corrêa.

Para o próximo semestre, já está em pauta uma audiência pública no bairro de Aldeia. O local apresenta problemas como extração irregular de madeira, lixo e construções sem licenciamento. Como Aldeia abrange as cidades do Recife, São Lourenço da Mata, Abreu e Lima e Paudalho, essas Prefeituras serão convidadas a participar da reunião.

RINALDO MARQUES



Membros do colegiado realizaram inúmeras vistorias ambientais

INTEGRANTES

TITULARES:	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
RICARDO TEOBALDO	PMDB - PRESIDENTE	ANA RODOVALHO	PRTB
CEÇA RIBEIRO	PSB - VICE-PRESIDENTE	HENRIQUE QUEIROZ	PP
DILMA LINS	PFL	ISALTINO NASCIMENTO	PT
LOURIVAL SIMÕES	PV	JOSÉ QUEIROZ	PDT
		PEDRO EURICO	PSDB

PERSONAGEM DA ALEPE

ROBERTA CONSIDERA A LEITURA UMA DE SUAS PAIXÕES

MOISÉS BARBOSA



Servidora assessora a Secretaria da Superintendência de Patrimônio da Casa

Viagens, cinema e leitura são alguns dos *hobbies* da servidora Roberta Santana do Amaral, 39 anos, nas horas vagas. Assessora da Secretaria da Superintendência de Patrimônio, ela tem, sobretudo no hábito da leitura, uma de suas paixões. "Isso foi adquirido no momento de buscar respostas para os acontecimentos da vida e tento passar para as pessoas no dia-a-dia", salientou ela, que lê cerca de três livros por mês. Entre os prediletos, estão obras de autores como Zíbia Gasparetto, Paulo Coelho e Lia Luft.

Caseira, Roberta sempre procura estar na companhia das filhas, Flávia e Paula, com 19 e 16 anos, respectivamente. "Com elas me divirto, vamos ao cinema e curtimos lançamentos de filmes. Um dos melhores, na minha opinião, foi Menina de Ouro, pois tirei a lição de que a coragem é fundamental na vida do ser humano", comentou.

Natural de Garanhuns, Agreste pernambucano e morando no Recife desde os 15, seu primeiro emprego foi na Alepe, de onde é funcionária há 20 anos. Passou por diversos setores, entre eles a Diretoria Geral (hoje Superintendência) e a Divisão de Pessoal (atual Departamento de Desenvolvimento de Pessoal).

Para Roberta é fundamental "o bom relacionamento com os parlamentares e servidores, pois isso exige muita disciplina, prática da humildade e responsabilidade". A servidora também considera de extrema importância o ato de dar um bom dia e dizer por favor e obrigado. "É uma atitude simples, de gentileza, mas que está se perdendo", lamentou.

EDUCAÇÃO

MOISÉS BARBOSA



Leonardo fez o curso no ano passado e foi aprovado em Fisioterapia na Unicap

MOISÉS BARBOSA



Priscila Muniz também foi uma das que conseguiram ingressar na faculdade

Escola do Legislativo realiza mais um pré-vestibular

Salas cheias e alunos interessados. É assim que a Escola do Legislativo da Assembléia (Elepe) realiza o segundo ano do curso Pré-Vestibular para os servidores da Casa. Com 25 alunos, o preparatório, que começou no mês de março e vai até o fim do ano, contempla módulos de matérias isoladas. As aulas de História Geral, Literatura, Química e Física já foram ministradas nessa etapa. Este mês, estão previstas as de Geografia Geral.

Na primeira turma, formada no ano passado, o curso teve uma grande demanda e superou as expectativas da instituição. Segundo a diretora da Escola, Lúcia Galindo, houve oito aprovações no vestibular 2006. "Foi uma realização, principalmente em se tratando do primeiro ano do curso. Entre os aprovados, tivemos a aluna Adelina de Souza, que passou em 12° lugar em Serviço Social na Unicap", destacou.

O assistente administrativo do setor de Tombamento da Alepe Leonardo Pires freqüentou o curso no ano passado e foi aprovado em Fisioterapia na Unicap. "Passar em uma universidade foi a realização de um sonho e isso aconteceu graças à Escola do Legislativo. Os professores são muito bons e nos deram muita força", reconheceu. Leonardo já tinha feito vestibular duas vezes e não conseguia ser aprovado. "A instituição tem uma estrutura muito boa e os melhores professores."

A assistente pedagógica da Escola do Legislativo, Priscila Muniz, também teve êxito. "Passei em Pedagogia na Fafire, estou adorando. Foi bom porque tem relação com meu trabalho aqui na Casa. Fazia muitos anos que não estudava, freqüentei as aulas da Elepe, estudei bastante e fui aprovada", comemorou.

RINALDO MARQUES



Lúcia explica que evento é pioneiro

Elepe promove seminário para vereadores

Vereadores de todo o Nordeste se reúnem no Recife para participar do Seminário sobre o Poder Legislativo Municipal. O evento, entre os dias 10 e 12 deste mês, é uma parceria entre a Escola do Legislativo (Elepe) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor). "É o primeiro do tipo realizado no País e abrangerá todo o Nordeste, seguindo depois para as demais regiões brasileiras", explicou a assistente educacional da Elepe, Lúcia Galindo.

Lúcia informou que o encontro tem, entre os objetivos, formar agentes políticos e que a iniciativa surgiu após a realização de um recenseamento feito pela Câmara Federal junto aos Legislativos Municipais. "Durante a pesquisa, identificaram que muitos vereadores não têm informação suficiente para desempenhar suas funções", esclareceu. A abertura do evento aconteceu no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco, no dia 10.

São esperados cerca de 200 participantes. "Vários Estados confirmaram presença e muitos assessores de deputados estão nos procurando pela importância dos debates", explicou, acrescentando que a escolha da Elepe pela Câmara Federal para a realização do projeto pioneiro se deve à experiência na promoção de eventos desse tipo.

A chefe do Departamento Pedagógico da Escola, Mariza Sposito, informou que a programação é voltada, principalmente, para a questão orçamentária. *Princípios Orçamentários e Financeiros - LRF* e *Planejamento e Orçamento Público - O Papel do Legislativo* são temas de palestras. "A Lei de Responsabilidade Fiscal pune o gestor que não obedecer à legislação, por isso a importância de aprofundar o seu estudo", observou. As palestras são ministradas por consultores da Câmara Federal.

SEGUNDA CULTURAL

FERNANDO SILVA



O grupo Raízes do Choro se apresentou no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco no último mês de abril

Público confere melodia do chorinho

Criado em meados de 1870 por músicos populares do Rio de Janeiro, o chorinho é uma música melodiosa que nasceu das mãos de gente simples, que trabalhava durante todo o dia e, à noite, se reunia em pequenos bares para "tirar um som". Apesar de ser carioca de nascença, o ritmo tem boa representatividade no Recife. Bom exemplo disso é o grupo Raízes do Choro, atração do mês de abril do Projeto Segunda Cultural.

No dia 3 do mês passado, o Plenário do Palácio Joaquim Nabuco foi invadido pelo som do badolim, da flauta, do violão de sete cordas, do surdo, do cavaquinho e do pandeiro e permitiu que o público presente pudesse conferir composições de artistas como Pixinguinha, Ernesto de Nazareth e Jacob do Bandolim.

Juntos há apenas um ano e meio, o Raízes do Choro pode ser considerado um 'bebê'. "Apesar de nos conhecermos há bastante tempo, somente agora estamos todos tocando num só grupo", revelou o bandolinista Beto do Bandolim, que ressaltou a importância de um projeto como o Segunda Cultural. "Ser artista no Recife já é tarefa complicada, ainda mais quando se toca chorinho. A Alepe oferece aos artistas locais um espaço para apresentações, e isso é uma excelente oportunidade de divulgarmos nosso trabalho", completou.

Além de Beto, também compõe o Raízes do Choro os músicos Paulinho (cavaquinho), Edinho (flauta), Júnior Brawn (surdo) e Chateau Simpatia (pandeiro). Mesmo com o pouco tempo de estrada, o grupo já possui um CD com 14 canções inéditas gravadas.

Criado em fevereiro de 2003, com o objetivo de aproximar a sociedade do Legislativo, o Segunda Cultural acontece todas as primeiras segundas-feiras do mês. Os artistas não cobram cachê e a entrada é gratuita.